

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



A CULTURA DA NOBREZA

VOLUME 19, 1998

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE JOGRAIS E CULTURA URBANA NA COIMBRA MEDIEVAL

1. O conhecimento das culturas urbanas no período medieval tem estado remetido para o foro das elites eruditas. O medievalista habituou-se a olhar a cidade da Baixa Idade Média como um espaço onde floresceram as escolas capitulares, mendicantes e mesmo as raras universidades. É a cultura erudita, efectivamente, aquela que mais se associa aos centros urbanos, deixando-se a história da cultura popular remetida para os palcos preferenciais do mundo rural onde, por conveniência, se agitavam peregrinos e romeiros em busca de santuários e de milagres.

Seja na cidade românica, seja na cidade dominada pela catedral gótica, no entanto, podemos descobrir mundos culturais de extrema complexidade. São mundos que correspondem aos diferentes estratos sociais e profissionais que habitam os espaços urbanos, seja entre as oligarquias patriciais do governo municipal, seja entre os *ministeriales*, os artesãos que viviam do trabalho dos seus braços e do dos seus aprendizes e mesmo servos. Nas cidades portuguesas há ainda lugares de diferenciação para as culturas das minorias sociais, elas próprias diferenciadas nos seus próprios mundos interiores e caracterizáveis, face ao grupo cristão dominante, por uma crescente e distante erudição. Entre judeus e mouros, ou entre francos gálicos e francos occitânicos, entre ingleses e neerlandeses, que tiveram os seus bairros

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

próprios nalgumas cidades portuguesas, praticavam-se esquemas linguísticos orais e escritos profundamente herméticos para a maioria dos cristãos portugueses, mesmo para os mais eruditos clérigos e mestres de ensino das artes liberais. A cidade medieval portuguesa dos séculos XII e XIII, sobretudo as maiores como Coimbra ou Lisboa que tinham associadas a si importantes infra-estruturas portuárias de apoio à navegação mercantil, ou mesmo de apoio aos transportes de viajantes, de peregrinos e de cruzados, quer a nível nacional, quer internacional, eram verdadeiros centros políglotas e de quotidianos e vivências temporais e festivas multi-culturais.

Apesar dessa base histórica diferenciada, a cidade cria nos seus habitantes laços de comunidade e proporciona-lhes a comunhão numa unidade cultural que se manifesta no sentido ideológico com que se interpreta e organiza o poder local, as suas reivindicações de liberdade e de autonomia face a senhorios feudais. À pluralidade dos grupos sociais correspondem diferentes níveis de riqueza e de opções de vivência e de consumo. No século XIII, no entanto, a cidade portuguesa recebe as primeiras gerações de mendicantes que têm uma actuação profundamente eficaz na organização dos processos integradores urbanos. Pela acção de franciscanos e mesmo de dominicanos foi sendo aperfeiçoada uma consciência cívica e cultural da plebe e das aristocracias vilãs.

Esses mendicantes desenvolveram, na verdade, esquemas de combate à desinserção social, integrando marginais e pobres na vida colectiva urbana, incentivando os seus fiéis à prática das obras de piedade que se reflectiam no contributo para o melhoramento das redes viárias para-urbanas (sobretudo pela edificação de pontes ou de albergarias de apoio a viandantes), no desenvolvimento da rede assistencial (hospitais, albergarias urbanas, eremitérios para enceladas ou "beguinias") e grupais (confraria e agremiações corporativas), enfim, na própria construção de um espírito colectivo de que as comemorações religiosas, entre procissões e pregações solenes, tinham nas festas do Corpo de Deus um dos momentos mais conseguidos e de maior significado<sup>(1)</sup>.

Mas a cidade medieval portuguesa manteve-se sempre como se fosse um palco de múltiplas manifestações culturais. Nela

(1) Festividades de extrema importância e até pioneirismo na Coimbra medieval. Veja-se Avelino de Jesus da Costa, *A Santíssima Eucaristia nas*

sobreviviam folclores de origens rurais e urbanas muito díspares, desenvolvendo cada grupo social as suas categorias culturais e etiológicas específicas, tanto quanto proliferavam as pequenas escolas paroquiais ou conventuais mendicantes e capitulares para os filhos dos oligarcas, dos mesteirais e dos mercadores que as fontes portuguesas vão designando como "moozinhos" ou "mouzinhos" termos equivalentes do contemporâneo "mocinhos"^(2).

Foi também nas cidades que se refugiaram muitas das cortes nobiliárquicas que procuravam a proximidade do poder régio, fórmula simples de enriquecimento e de aumento do seu prestígio no grupo. Nuns casos, o processo de urbanidade desta nobreza solarenga fez-se entre dificuldades; noutras, contudo, e sobretudo nas cidades maiores e meridionais, o processo foi menos revoltado. Mas, aparentemente, a memória social dessa nobreza seguidora dos passos da realeza manteve-se fiel às paisagens campestres (como cumpre, aliás, na tradição erudita poética ocidental), espaços privilegiados do desenrolar dos encontros amorosos utópico-platónicos que a poesia do cancionero trovadoresco galaico-português evoca amiúde.

No entanto, a cidade deste cancionero é uma entidade subjacente a muitas dessas composições líricas. A urbe individualmente considerada ou as grandes regiões onde pontificam

*Constituições Diocesanas Portuguesas desde 1240 a 1954*. Separata de *Lusitania Sacra*, Braga, 2ª Série, vol. 1, 1989, pp. 197-243; Maria João Branco, "A Procissão na Cidade: Reflexões em Torno da Festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa", *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 195-218. Sobre os mendicantes em Portugal, veja-se José Mattoso, "O Enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas", *Portugal Medieval Novas Interpretações*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 331-332; Maria Helena da Cruz Coelho e João da Cunha Matos, "O Convento Velho de S. Domingos de Coimbra (Contributo para a sua história)", *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. III/2, Porto, 1986, pp. 1-13. Seja-me permitido, também, a remissão para o meu estudo "O Convento de S. Francisco de Leiria na Idade Média", *Itinerarium*, vol. XL, 1994, Braga, pp. 309-502.

(2) Aspectos desenvolvidos nas páginas de António Resende de Oliveira, "As instituições de Ensino" e "A Cultura das Cortes", *Nova História de Portugal*. Vol III. *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (coord. De Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Presença, 1996, pp. 660-691.



idades maiores na economia mediterrânea medieval e na afectividade simbólica do homem de então. Não estranharemos, assim, encontrar nas cantigas do cancionero trovadoresco frequentes remissões a Jerusalém ou às praças-fortes médio-orientais onde pululavam cruzados e peregrinos em demanda dos lugares santos e simbólicos do Cristianismo. Não estranha, também, que Paris, Montpellier, Roma, Toulouse ou Génova sejam frequentemente, cidades evocadas nesse cancionero. Nele abundam, igualmente, as topografias peninsulares de maior expressão (Astorga, Badajoz, Burgos, Cordova, Cuenca, Granada, León, Lugo, Madrid, Murcia, Orense, Oviedo, Pamplona, Salamanca, Santiago de Compostela, Segóvia, Sevilha, Tuy e Valladolid), ou as cidades e vilas portuguesas de maior ou média dimensão como Alenquer, Arronches, Barcelos, Beja, Braga, Coimbra, Covilhã, Eivas, Estremoz, Faro, Guarda, Guimarães, Leiria, Lisboa, Loulé, Monção, Monsaraz, Moura, Ponte de Lima, Porto, Santarém, Silves, Terena, Trancoso, Valença e Vila Real, entre muitos outros centros urbanos de menor significado<sup>(3)</sup>.

A cidade está, de facto, muito presente nos quadros ideológicos das composições trovadorescas que tanto agradaram à nobreza e à realeza de Portugal. É certo que, em muitas delas, a cidade é um palco referenciado como exemplo de degradação de costumes e vicioso vergel da decadência dos valores e da moral nobiliárquica<sup>(4)</sup>. Mas nem sempre isso acontece. A cidade pode ser também o tópicó sedutor do poeta, assim como ela é o palco preferencial da declamação da cantiga pelo jogral ou, até, pelo mais palaciano segrel<sup>(5)</sup>.

Que o imaginário da cultura trovadoresca se fechou nas torres

<sup>(3)</sup> Este quadro topográfico urbano pode ser aferido, com comodidade, na obra *Cancioneiro da Ajuda* (edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos), vol. II, Lisboa, I.N.-CM., 1990, pp. 605-607.

<sup>(4)</sup> Luís Krus, "A Cidade no Discurso Cultural Nobiliárquico (séculos XII e XIV)", *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas*, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 381-394.

<sup>(5)</sup> Sobre estes conceitos, remetemos para Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. II, p. 607. ss. Mais abrangente, no entanto, é a classificação dada por Henri-Irénée Marrou, *Les troubadours*, Paris, Seuil, 1971, p. 9. Vide Antonio Resende de Oliveira, "Jogral" e "Segrel", in *Dicionário de Literatura Medieval Galega Portuguesa* (org. de Giulia Lanciani e Guiseppe Tavani), Lisboa, Caminho, 1993, pp. 339-340 e 609-611.

e câmaras senhoriais, negando-se ao palco urbano, antes preferindo as paisagens campestres, ledas e buliçosas, propícias a alvas e pastoreias, quando não a barcarolas, é uma ideia feita corrente entre os especialistas. Mas o discurso sobre estes ecossistemas na poesia trovadoresca, seja nas cantigas de amigo ou de amor, parece ser, sobretudo em Duzentos, não tanto, a realidade rural, mas antes a inquietude sensorial de gente urbana — quer seja trovadoresca, quer seja jogralesca — que evoca as paisagens míticas e simbólicas da *natura mater*, das suas origens remotas, dos seus horizontes perdidos da memória geracional que se traduzem na enunciação desse *locus amoenus* poético que diferentes gerações da humanidade glosaram. Nalguns casos, no entanto, é o próprio cântico e louvor da cidade que emerge na superfície do poema trovadoresco<sup>(6)</sup>.

Se aos trovadores se reservava a virtuosa tarefa da composição, seguindo esquemas de maior ou menor complexidade literária, guardados seguramente sob forma escrita ou narrada por especialistas contadores de histórias e de versos cujas capacidades de memória exigiriam, seguramente, razoáveis técnicas mnemónicas, já a sua apresentação para públicos restritos ou mais vastos se deixava ao profissionalismo dos *ministeriales* (palavra que usamos no seu sentido erudito), como eram classificados esses primitivos artistas cénicos da arte da declamação e do cântico de salão ou da praça pública.

Não era entre casais, cabanas ou mesmo pequenas aldeias serranas que jograis e jograleiras expunham os seus préstimos e saberes, mas antes no meio das praças citadinas, na azáfama dos seus dias de mercado ou na confluência de concorridas feiras anuais realizadas sempre na órbita dos polos urbanos mais significativos do Portugal de então. Era aí e então que o jogral poderia provocar alegria e prazer aos circunstantes. Herdeiro dos imemoriais histriões e mimos, o jogral é essencialmente um especialista do espectáculo público e urbano. A sua habilidade levá-lo-ia a desempenhar papéis plenamente teatrais que passavam pelo domínio das artes corporais, sendo reconhecidos como bufões e saltimbancos, contadores e cantadores de histórias e de novelas, galantes ou mordazes, quase sempre

(6) Caso do belo poema de João Zorro, de finais do século XIII, que começa: "En Lixboa sobre lo mar / Barcas nouas mandey laurar / Ay mha senhor velida". Vide A. H. de Oliveira Marques, "Lisboa, Cidade Marítima", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, pp. 92-95.

excessivos na crítica social que acabaria por atrair sobre eles a anátema de certos sectores do cleroQ.

O jogral é, no entanto, um agente cultural urbano cada vez mais integrado e respeitado na sociedade medieval. Ele aparece, em Duzentos, entre as camadas populares urbanas, testemunhando actos da sua vida quotidiana do patriciado citadino de cidades como Coimbra, Santarém ou Lisboa. Não é inócuo, que um dos tópicos apresentados pela espiritualidade franciscana tenha sido, nesta época, a apresentação alegórica de S. Francisco como "jogral de Deus" e, até, o apelo deste para que os seus seguidores agissem como autênticos "jograis do Senhor"<sup>(8)</sup>. Frades/Jograis franciscanos que nos são referenciados como aqueles que "movem os corações dos homens levantando-os à alegria", aqueles que cantam os louvores e requerem recompensa dos ouvintes. O jogral é, assim, associado alegoricamente não tanto ao declamador ou ao narrador de histórias e *exempla* apologéticos — a pregação competia aos frades — mas antes ao "cantador" que recita ao som de música instrumental as composições poéticas que domina.

2. A reconstituição sociológica do espectáculo urbano numa cidade medieval como Coimbra encontra-se por fazer. Recentemente foi revelado uma interessante bula de Inocêncio III, datada de 19 de Agosto de 1203, em Ferentino, na qual o Papa manda averiguar certas perturbações ocorridas no claustro de Santa Cruz de Coimbra algum

(7) Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. II, pp. 637-639.

(8) Assim é apresentado S. Francisco na *Legenda Perusina* (manuscrito de cerca de 1310/1312, posto que devedor dos textos hagiográficos franciscanos Celano): "Quería e dizia que fizessem assim primeiro, falaria ao povo o mais competente para pregação, depois cantaríam todos os Louvores do Senhor, como jograis de Deus." (Capº 43). Este tópico é retomado também no *Espelho da Perfeição* (ca. 1318), onde, a propósito de Francisco, está escrito: "Terminados os louvores, queria que o pregador dissesse ao povo: 'Nós somos os jograis do Senhor; cantámos os seus louvores e a recompensa que queremos receber de vós é que vivais em verdadeira penitência'. Acrescentou: 'Que são, com efeito, os servos de Deus senão os seus jograis para mover os corações dos homens e levantá-los à alegria espiritual?' Com estas palavras, referia-se particularmente aos Frades Menores, que foram dados ao povo de Deus para sua salvação." (Capº 100) Os trechos citados estão compulsados em; *Fontes Franciscanas. 1. S. Francisco de Assis. Escritos. Biografias. Documentos*, Braga, Editorial Franciscana, 2ª ed., 1994, pp. 946 e 1134.

tempo antes. O problema respeitava à oposição entre o rei D. Sancho I e a comunidade conventual cruzia a propósito da entronização de um novo Prior no Mosteiro nomeado pelo monarca mas não aceite pelos cónegos. A sua entrada na Clastra fez-se com o auxílio da força secular, indo pela igreja adentro, em procissão, acompanhado por histriões e mulheres que cantavam cantilenas profanas, quebrando assim a paiz claustral, definida na regra e no rigoroso costume monástico cruzio que S. Teotónio tanto havia prescrito<sup>(9)</sup>. Este episódio, por anedótico que pareça, é revelador da importância que histriões ou jograis e soldadeiras ou jograleiras detinham no quotidiano conimbricense a ponto de acompanharem os próprios actos litúrgicos e institucionais eclesiásticos mesmo que ilegais sob o ponto de vista do direito canónico.

Cumprirá recordar aqui que nos sete livros do seu *Eruditionis Didascaliae*, o cónego regante parisiense Hugo de S. Vítor enuncia uma nova ordenação das ciências medievais na qual a civilidade urbana se sobrepõe como fonte inspiradora das categorias científicas do quadro epistemológico. De facto, este Autor, que teve leitores em Santa Cruz de Coimbra<sup>(10)</sup>, enuncia uma área científica "*mechanica*" dividida em sete ciências. Uma delas é justamente a "*theatrica scientia*" (Livro Segundo, capº. XXVIII). Escreve Hugo de S. Vítor que essa "*scientia*" é: "a dos jogos que, pelo teatro, trazem ao povo o divertimento". E o divertimento do povo, baseando-se nos modelos clássicos romanos, acontecia tanto nos teatros, quanto nos adros, como nos ginásios, nos anfiteatros ou nas praças e ainda em salões de convívio ou até nos templos sagrados. Da ciência teatral constava a récita de canções, de gestas, de elegias fúnebres ou de poemas laudatorios de pessoas vivas. Nos jogos lúdicos, para os quais toda a cidade devia possuir espaços próprios, o povo expandia as tensões

<sup>(9)</sup> Documento dado a conhecer e publicado por Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII-XV. História e Instituição*, (tese de doutoramento policopiada), Lisboa, Faculdade de Letras, Vol. II, Doc. De 1203, Agosto, 19 (não numerado).

<sup>(10)</sup> Vide Francisco da Gama Caeiro, "Tontes portuguesas da formação cultural do Santo" e Maria Cândida Monteiro Pacheco, "A formação intelectual de Santo António", *Itinerarium*, nºs 110-111, 1981, pp. 136-164 e 165-183, respectivamente.

acumuladas e reencontrava a alegria; o lúdico era, aliás, conveniente, ajudando a evitar opróbrios e crimes<sup>(11)</sup>.

Neste contexto, teremos de aceitar que a posição do próprio clero sobre o divertimento público, o jogral e o histrião não era uniforme. Vemos como entre cónegos regantes de Santo Agostinho e mesmo entre franciscanos eles eram compreendidos e até estimados. Nas Partidas de Afonso X, o Sábio (Partida VII, 6, 4), no entanto, condenava-se os jograis que trabalhassem por dinheiro, consentindo-se, tão só, os "juglares" que actuassem apenas "por fazer prazer a sus amigos"<sup>(12)</sup>. Em Coimbra, aliás, na linha da tolerância e até defesa da arte do lúdico, encontramos alguns interessantes exemplos da permanência de jograis entre os seus habitantes. Podemos citar alguns casos, que cremos inéditos, posto que muito pouco possamos avançar sobre as suas características.

Nem todos os jograis se especializavam na recitação ou no canto de cantigas de amigo, de amor ou de escárnio. Havia jograis de remedilhos, especializados em momices e mímica<sup>(13)</sup>, como os havia exímios no canto e no tanger de instrumentos de sopro, corda ou percussão. A classe jogralesca estava longe de uniformidade profissional ou até de se situar toda ela num mesmo nível de riqueza.

No *Cancioneiro da Ajuda*, segundo Carolina Michaëlis de Vasconcelos, mencionam-se instrumentos como a harpa, o saltério, a guitarra, o pandeiro e as castanholas. Os muito conhecidos jograis Lourenço, Lopo, Julião e Picandom aparecem associados ao toque da cítola, espécie de viola de arco<sup>(14)</sup>.

Em Agosto de 1221 surge-nos um Garcia Rodrigues "iogar", assistente em Coimbra, onde testemunha, perante o tabelião público Pedro Peres, uma venda feita por Julião Froile e sua mulher a João Domingues, cónego da Sé, de uma vinha situada no sítio chamado Várzea<sup>(15)</sup>. Conhecemos, em 1240, um Domingos "iogar" coimbrão<sup>(16)</sup>.

<sup>(11)</sup> Publicado na *Patrologia Latina* (ed. J.-P. Migne), tomo CLXXVI, Paris, 1880, cols. 762-763.

<sup>(12)</sup> Citado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. II, p. 638.

<sup>(13)</sup> Vide Luciana Stegagno Picchio, "O filão jogralesco no teatro medieval português e o problema do arremedilho", *A lição do Texto. Filologia e Literatura. I — Idade Média*, Lisboa, Edições 70, 1979, pp. 145-165.

<sup>(14)</sup> *Ibidem*, pp. 639-641.

<sup>(15)</sup> ANTT - *Sé de Coimbra*, Iª incorporação, mº 10, nº 32.

<sup>(16)</sup> ANTT - *Sª Cruz de Coimbra*, Iª incorp., mº 18, nº 19.

Um outro "iogar" residente em Coimbra era *Durão Gonçalves*, o qual, em Setembro de 1245, presenciou uma venda feita por Martim Esteves a João Domingues de uma casa situada na rua "de occulo lupi", na freguesia de Santiago daquela cidade<sup>(17)</sup>. Na mesma altura, mais precisamente em 1250, encontramos, este mesmo jogral, igualmente em Coimbra, testemunhando a venda de uma vinha, na Várzea, feita por Miguel Martins a uma D. Florença<sup>(18)</sup>.

Também em Junho de 1259, há notícia de viver nesta cidade um Martinho "iogar preconarius", que aparece a testemunhar outra venda realizada por Domingos Neto e sua mulher a D. Maior Pais, de uma casa na Rua das Covas<sup>(19)</sup>. Há ainda uma notícia documental datada de Dezembro de 1271 sobre um Domingos "iogar", que assistiu também à transacção efectuada por Pedro Franco a Brício Domingues, clérigo, de um quinhão de uma herdade, situada na proximidade desta cidade<sup>(20)</sup>. De 26 de Janeiro de 1286, em Penela, atesta-se mais um nome, o de *Rui Fernandes*, "iogar"<sup>(21)</sup>, talvez o mesmo, ou pelo menos um seu homónimo, residente em Penela em 1320<sup>(22)</sup>. Em 1343, referencia-se um: "Roy Dominguez dicto Vaqueiro jograr morador en Coimbra"<sup>(23)</sup>. Não poderemos afirmar, contudo, se estes jograis conimbricenses eram especialistas em composição poética ou trovadoresca. É possível que a sua actividade se processasse dentro de quadros sociais urbanos mais diversificados e que, porventura, nem sequer se situassem ao nível dos jograis-poetas como, por exemplo, posto que fora da região mondeguinta, acontecia com outros jograis, caso do famoso judeu Vidal de Elvas<sup>(24)</sup>. Situação idêntica se passava noutras cidades, caso de Lisboa, onde, em 1221, encontramos

(17) ANTT - *Sé de Coimbra*, I<sup>a</sup> incorp., m<sup>o</sup> 14, n<sup>o</sup> 7.

(18) ANTT - *Sé de Coimbra*, I<sup>a</sup> incorp., m<sup>o</sup> 14, n<sup>o</sup> 45. (Só por hipóteses, e atendendo ao patronímico homónimo, se poderá sugerir ser o mesmo jogral antes chamado Durão Gonçalves).

(19) ANTT - *Sé de Coimbra*, I<sup>a</sup> incorp., m<sup>o</sup> 116, n<sup>o</sup> 20.

(20) ANTT - *Sé de Coimbra*, I<sup>a</sup> incorp., m<sup>o</sup> 18, n<sup>o</sup> 15.

(21) ANTT - *S. Jorge de Coimbra*, I<sup>a</sup> incorp., m<sup>o</sup> 8, n<sup>o</sup> 13.

(22) Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - *Códice 636*, fl. 168v<sup>o</sup>. (Documento de 15 de Julho).

(23) Bibl. Geral da Univ. de Coimbra - *Códice 636*, fl. 265v<sup>o</sup>. (Documento de 20 de Julho).

(24) Luciana Stegagno Picchio, "As cantigas de amor de Vidal, Judeu de Eivas", *ob. cit.*, pp. 67-94.

a residir um "*Domnus Apnilis ioglar*", sobre o qual nada mais sabemos<sup>(25)</sup>.

Nenhum destes nomes, no entanto, é referenciado pelos historiadores que estudaram aprofundadamente os cancioneiros galego-portugueses. O rol mais recente, definido por António Resende de Oliveira, não os menciona entre os autores inseridos nas diferentes compilações da lírica medieval trovadoresca e afim. Isso poderá ser tomado como indício de que os jograis referenciados na documentação notarial da Coimbra do século XIII não lograram fama e mérito suficientes como compositores de cantigas, desmerecendo, por isso, a atenção dos eruditos compiladores dos cancioneiros. Segundo o mencionado Autor, a poesia de autoria jogralesca inserida nos cancioneiros conhecidos derivará de um grupo sócio-profissional essencialmente galego<sup>(26)</sup>.

Mas, na verdade, podem ter existido outras compilações trovadorescas entretanto totalmente perdidas e, por isso, esquecidas da historiografia hodierna que não encontrou o mínimo indício da sua existência. Compilações onde outros jograis portugueses teriam lugar. É uma hipótese. Este silêncio sobre jograis portugueses enquanto compositores e poetas, no entanto, não pode ser tomado como determinante de um menor valor e qualidade profissional desses *minesteriales* das artes teatrais que tiveram foros de tradição nas cidades portuguesas e, muito particularmente, na Coimbra medieval<sup>(27)</sup>. O seu estudo, permanece em aberto.

(25) ANTT - S. *Vicente de Lisboa*, Iª incorp., mº 2, nº 15. (Segundo António Resende de Oliveira, este D. Abril é um jogral cortesão — informação que agradecemos ao citado Autor).

(26) António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994, pp. 199-205, 262-265.

(27) Sobre esta cidade e no contexto dos temas aqui apresentados, remetemos para os belos e sugestivos estudos de Maria Helena da Cruz Coelho, *Coimbra Trecentista: A Cidade e o Estudo*, Separata de *Biblos*, Coimbra, vol. 68, 1992; *A Feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas*, Coimbra, INATEL, 1993, *Festa e Sociabilidade na Idade Média*, Coimbra, INATEL e A.D.A.C, 1994.





Iste not meo. Deo est carta vendicionis et pacione firmacionis in usibus fructu. Ergo omnes habet matrem. ad  
 vasa sua. Dicitur ab anno 1480 de. Iste not meo. Dicitur ab anno 1480 de. Iste not meo. Dicitur ab anno 1480 de. Iste not meo.  
 zona. Qui ista sunt matrem. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 afficio. Sineca sit. Veritatem ad. Sineca sit. Veritatem ad. Sineca sit. Veritatem ad. Sineca sit. Veritatem ad. Sineca sit.  
 ibi et sub plebeo. Et per tunc in nos melius ponesse et ponesse. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 pacionem. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 eto. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 pro et herita. Sed et sola repacione quibus fuerit. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 in. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 augetur. Tunc sunt paciones tunc non pacionem. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 mte. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 in. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 apponi fecerit. Qui in pacione fuerit. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 assistit. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 Pacionem. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.  
 Pacionem. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas. Istas zonas.

Doc. 2 — 1250, Coimbra — Venda feita por Miguel Martins de uma vinha a D. Florença, situada no termo de Coimbra. Entre as testemunhas surge Durando Gonçalves "iogradr".

(T.T. — Sé de Coimbra, 1ª incorp., mº 14, doc. 45).